



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / JUSTIFICATIVA:

1.1. A presente contratação tem por a aquisição de serviços de PPCI para evento do município e para o salão comunitário, e também, cursos de rt15.

1.2 A aquisição do Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) para o Salão Comunitário é uma medida indispensável para garantir a segurança dos usuários e a regularização da edificação perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul. A adequação às normas de segurança é uma exigência legal, e seu cumprimento demonstra o compromisso da Administração Pública com a integridade física da população que frequenta o local, especialmente durante eventos e atividades comunitárias.

O Salão Comunitário é um espaço multifuncional, utilizado para reuniões, cursos, confraternizações e atividades promovidas pelo município ou pela própria comunidade local. A inexistência de um PPCI adequado compromete não apenas a segurança, mas também a legalidade de seu funcionamento. Com o projeto, a edificação poderá obter o alvará de funcionamento e o certificado de conformidade emitido pelo Corpo de Bombeiros, assegurando que o espaço está apto a receber o público com segurança e dentro das normas vigentes.

Além do projeto técnico, a realização de dois cursos básicos relacionados à Resolução Técnica RT 15 — um com carga horária de 4 horas e outro com 8 horas — se faz necessária para capacitar servidores e colaboradores do município quanto aos procedimentos de evacuação, uso de extintores, prevenção e atuação em situações de risco de incêndio. A formação dos agentes públicos envolvidos com a administração e manutenção do espaço fortalece a capacidade de resposta em eventuais emergências.

Com esses cursos, o município promove uma cultura de prevenção e prepara sua equipe para atuar de forma eficiente e segura, garantindo maior proteção para a população e patrimônio público. Trata-se de uma ação proativa, alinhada às boas práticas de gestão pública e à valorização da vida humana, reforçando o papel da



Prefeitura de Muitos Capões como responsável pela segurança dos espaços de uso coletivo.

A aquisição do Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) específico para eventos temporários é uma exigência legal para a realização da tradicional “Festa do Município” de Muitos Capões. O projeto visa garantir que toda a estrutura montada para o evento — incluindo palcos, tendas, barracas de alimentação e áreas de circulação — esteja em conformidade com as normas técnicas de segurança previstas pelo Corpo de Bombeiros, promovendo um ambiente seguro para o público, expositores e trabalhadores.

Sendo a festa uma das maiores celebrações do calendário cultural local, com grande circulação de pessoas e atividades simultâneas, é imprescindível que haja um planejamento técnico de prevenção a sinistros. O PPCI temporário contempla o dimensionamento de saídas de emergência, sinalização, extintores, brigadistas e demais medidas que asseguram o controle de riscos e a evacuação segura em caso de necessidade.

Além do cumprimento das normas legais, a contratação do projeto de PPCI reforça o compromisso da administração municipal com a responsabilidade na organização de eventos públicos. Ao garantir a segurança dos frequentadores, o município também protege sua imagem institucional, evita sanções legais e reforça a credibilidade junto à comunidade e aos órgãos de fiscalização.

Portanto, essa contratação representa uma ação estratégica e preventiva que visa não apenas o cumprimento de obrigações legais, mas principalmente a proteção da vida, do patrimônio público e da continuidade segura de uma tradição que fortalece a identidade e o senso de pertencimento dos cidadãos de Muitos Capões.

2. REFERÊNCIA DOS ITENS LICITADOS

Item	Produto/Serviço (Descrição minuciosa)	Media Valor unitario	Unidade de Medida	Quantidades
1	PPCI – PLANO DE PREVENÇÕES CONTRA INCENDIOS DO EVENTO TEMPORARIO DENOMINADO FESTA DO MUNICIPIO DE MUITOS CAPOES, SEGUINDO OS	R\$ 4.000,00	UN	01



	<p>REQUISITOS MINIMOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PROJETO, ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PPCI JUNTO AO ORGAO COMPETENTE, - ELABORAÇÃO DE TODOS OS ITENS TECNICOS PREVISTOS NA ATUAL LEGISLAÇÃO, - ORIENTAÇÃO DAS AÇÕES NECESSARIAS PARA REGULARIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E VIABILIZAÇÃO DA EMISSÃO DO DEVIDO ALVARA, -ENCAMINHAMENTO DA SOLICITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO JUNTO AO CB, - ASSESSORIA TECNICA ATE A RETIRADA DO DEVIDO ALVARA(APPCI), - ACOMPANHAMENTO NA VISTORIA DA EDIFICAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS 			
2	<p>PPCI – PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIOS DA EDIFICAÇÃO DO SALÃO COMUNITARIO COM CARCTERISTICAS F12 NA CIDADE DE MUITOS CAPOES – RS, SEGUINDOS OS SEGUINTES REQUISITOS MINIMOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PROJETO, ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PPCI JUNTO AO ORGAO COMPETENTE, - ELABORAÇÃO DE TODOS OS ITENS TECNICOS PREVISTOS NA ATUAL LEGISLAÇÃO, - ORIENTAÇÃO DAS AÇÕES NECESSARIAS PARA REGULARIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E VIABILIZAÇÃO DA EMISSÃO DO DEVIDO ALVARA, -ENCAMINHAMENTO DA SOLICITAÇÃO E 	R\$ 4.500,00	UN	01



	ACOMPANHAMENTO JUNTO AO CB, - ASSESSORIA TECNICA ATE A RETIRADA DO DEVIDO ALVARA(APPCI), - ACOMPANHAMENTO NA VISTORIA DA EDIFICAÇÃO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS			
3	CURSO DE RESOLUÇÃO TECNICA RT15 (BRIGADA DE INCENDIO) – CARGA HORARIA DE 04:00HS	R\$ 180,00	UN	26
4	CURSO DE RESOLUÇÃO TECNICA RT15 (BRIGADA DE INCENDIO) – CARGA HORARIA DE 08:00HS	R\$290,00	UN	06

3. PRAZO DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado contra empenho, em até 30 dias após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e aprovação pelo fiscal de contratos.

3.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.3 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente contratação tem fundamento no termo de formalização de demanda e estudo técnico preliminar a qual faz parte integrante desse processo de contratação.

4.2 Os serviços de PPCI e cursos de RT15, têm natureza de bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do



art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 1.675/2025.

4.3 A solução encontrada para resolver o problema de falta de projetos de ppci e cursos preparatórios foi a contratação de empresa que disponibilizasse os projetos e cursos, por via de dispensa de licitação.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Processo licitatório na modalidade Dispensa do tipo menor preço por item, teve seus preços de pesquisa de mercado baseados em pesquisa de 03 (três) fornecedores do ramo.

6.2. Assim, vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 1.675/2025, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Muitos Capões, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Realizar o fornecimento observando fielmente as disposições contidas em edital e em contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- b)** Indicar preposto para ser seu representante durante a execução do presente contrato;
- c)** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- d)** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas



(CNDT);

- e)** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- f)** Observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços, visando sua perfeita execução.
- g)** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;
- h)** Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- i)** Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e em contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos equipamentos entregues, nos termos do presente instrumento;
- b)** Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- c)** Determinar as providências necessárias quando o produto não estiverem sendo entregues na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;
- d)** Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

8. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1** O fornecedor contratado será selecionado considerando a proposta de menor valor unitário.



9. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Para a contratação pretendida haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) Termo de Formalização de Demanda;
- b) Realização da pesquisa de mercado, e composição da orçamentação;
- c) Elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- d) Elaboração do Instrumento Convocatório;
- e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) Publicação e divulgação do Edital de Licitação;
- h) Realização do certame e julgamento da licitação;
- i) Homologação e Adjudicação do processo;
- j) Assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

9.2 Como fiscais da presente contratação fica indicado o servidor Sr. José Willian Hoffman Vieira.

Responsável pela Elaboração